

**DE PORTUGAL A MACAU**  
**FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS**



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

## **Ficha técnica**

**Título:** De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

**Organização:**

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

**Editor:** Universidade do Porto. Faculdade de Letras

**Ano de edição:** 2017

**ISBN:** 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

## **A COMUNIDADE QUE VEM? DA UTOPIA À SOMBRA DO REAL**

Constantino Pereira Martins

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 C., 1069-061 Lisboa.

(351) 960130725 | constantinomar@gmail.com

Resumo: Este pequeno texto tem a grande ambição de questionar a hipocrisia vigente no espaço Lusófono e a ambição moderada de desmontar um suposto “realismo político” na proposta de substituição por um pessimismo político.

Palavras-chave: Negatividade; Política Internacional; Conpetição.

Abstract: This short text has the great ambition of questioning the hypocrisy prevailing in the Lusophone space and the moderate ambition of dismantling an alleged "political realism" and to propose its substitution for a political pessimism.

Keywords: Negativity; International Policy; Competition.

*Lisboa quer ser Luanda*

*Luanda quer ser São Paulo*

*São Paulo quer ser Nova York*

*Nova Iorque quer ser o Mundo.*

*Como se o Mundo coubesse em meia dúzia de ruas paralelas.*

1. Pensar a questão da Lusofonia apresenta-se primordialmente como um desafio dada a complexidade e imensidão de redes problemáticas sobrepostas. Um desafio desdobrável pela e na contradição inerente aos diferentes princípios presentes que estão em conflito. Em primeiro lugar, o enfrentamento entre o princípio da idealidade e o de realidade que fornecem a matéria prima para a tensão entre desalento e expectativa que animam as nossas sociedades. Num segundo momento, a inquirição para um levantamento dos problemas revela igualmente a insuficiência entre princípios fundadores e orientadores. Na dialética entre *archê* e *telos* discutir-se-á os principais paradigmas mas também os pontos de reunião que poderão constituir uma plataforma unificadora. Por último, a discussão mais complexa edificada no dilema da diferença e da comunidade. O que é ser comum? O que é que temos em comum? Se a identidade é hoje campo de batalha cultural numa *soft war* que estamos a perder, como pensar a multiplicidade à sombra da nossa Língua comum? O que é que temos todos a ganhar? Esta reflexão insere-se assim num movimento diferenciado que procurará o confronto com a Cultura, a Política e a Economia num arco tensional que permita dar a ver algumas linhas na tentativa de explicitar algumas destas perguntas.

Como aviso prévio a esta comunicação é necessário estabelecer e prevenir desde já para a possibilidade de o título conduzir a uma interpretação precipitada e errada. Ou seja, aqui não se dá a possibilidade de uma linha Agambeniana e nesse sentido afasta-se esse tipo de expectativas de uma compreensão para uma comunidade sempre em construção numa irrepresentabilidade que permitiria o sempre aberto do impolítico, comum aberto à alteridade em construção sem fixação. No entanto, o comum parece ser um bom ponto de partida, ao contrário da inoperância e do impolítico, e traz a vantagem de ser preventivo face aos perigos dos grandes

sonhos. Os grandes sonhos<sup>1</sup> contêm o perigo de quem os sonha face aos que são sonhados, e nessa potência podem ser engolidos os que ainda nem sequer sonham com isso. Nesse território aparecem também as grandes ideias, os Macro-conceitos e as Meta-determinações. A Filosofia desde sempre que sonha nesse fio da lâmina e debate-se entre as pequenas engrenagens e os grandes motores. A possibilidade de compreensão da Filosofia para o que nos traz aqui hoje pode ser como uma tarefa e exame crítico, relativamente leve e livre, homenageando Wittgenstein e Deleuze simultaneamente. Se a Filosofia também cria conceitos, que conceito poderia ser criado para e a partir da Lusofonia? Como já foi dito atrás, há que em primeiro lugar destacar o quadro de complexidade móvel e em devir da questão e do que significa pensar a noção de Lusofonia. Esta ressalva serve o propósito da humildade destas linhas face a uma miragem de um povo-fantasma na partilha de um comum, dupla expectativa de um povo ou comunidade que existe e que está por-vir, num tom mais ou menos messiânico, e um comum partilhado, actual, na forma de uma Língua. Partamos então do óbvio.

E esse óbvio é dado na primeira e evidente contradição, numa lógica de aprisionamento, entre Lusofonia e CPLP, e que obriga à separação da organização em causa dum espaço comum aberto, à separação de um espaço que está-aí, independentemente das cristalizações organizacionais que se podem dar de formas tão diversas. Este primeiro passo ajuda a clarificar a abordagem, mas também com isto referir, como exemplo cristalino das dificuldades em mão, o caso exemplar da adesão da Guiné Equatorial à CPLP que por razões de urbanidade e decoro, ou melhor, para conservar o bom ambiente<sup>2</sup> desta conferência, me

---

<sup>1</sup> "O sonho daqueles que sonham diz respeito àqueles que não sonham. Por que isso lhes diz respeito? Porque sempre que há o sonho do outro, há perigo. O sonho das pessoas é sempre um sonho devorador, que ameaça nos engolir. Que os outros sonhem é algo perigoso. O sonho é uma terrível vontade de potência. Cada um de nós é mais ou menos vítima do sonho dos outros. Mesmo quando se trata da jovem mais graciosa, ela é uma terrível devoradora, não por sua alma, mas por seus sonhos. Desconfiem do sonho do outro, porque se vocês forem apanhados no sonho do outro, estarão em maus lençóis.", Deleuze, G., O que é um acto de criação? In [https://www.youtube.com/watch?v=a\\_hifamdISs](https://www.youtube.com/watch?v=a_hifamdISs); Sonhar um Povo é sempre tarefa complicada. Mesmo ter uma imagem para ele parece tarefa impossível tendo a sociedade como "jogo infinito de produção de diferenças de impossível estabilização" (Aurélio, D-P., A última lição, FCSH-UNL). O problema da representação, próximo de sonho da consituição, parece algo ainda muito longínquo no horizonte lusófono. Ou seja, faltam ainda desenhar muitas linhas de abstracção para que surja um rosto em que as camadas estão lá sem esforço. Isto é, saltar para fora da dependência exclusiva do laço histórico.

<sup>2</sup> Derivações e divagações filosóficas sobre as noções de Cinismo Político, Hipocrisia Política, da sua dispensabilidade ou necessidade, da sua realidade, e consequencialismo Vs utilitarismo. Ou seja, e em síntese, a impossibilidade da demonstração de que a hipocrisia política radica numa cegueira

escusarei a uma talvez necessária teia de considerações pouco construtivas, mas que poderiam dar pistas claras de uma das questões centrais desta comunicação. Assim, a Lusofonia está fora de determinações diplomáticas e políticas do imediato, embora não totalmente fora. A Lusofonia talvez seja essa ideia de uma nova relação entre os países de um antigo império à luz de uma suposta paridade e equidade. Seria talvez a resposta conceptual a um anseio de resgate de uma dignidade entre povos fundada numa nova amizade<sup>3</sup>. O que se chama habitualmente fazer as pazes com o passado.

Aqui pretendemos mostrar alguns dilemas que se jogam nesta noção em três partes diferenciadas: a) princípio de idealidade/realidade, b) movimento arqueológico/teleológico, c) espaço de identidade/diferença.

2. Num primeiro momento, pretende-se pensar a noção à luz do princípio de idealidade e o de realidade. Isto significa mostrar a tensão entre os dois princípios. Quando falamos do princípio de realidade não se trata nem de um realismo ingénuo fundado no senso comum nem do realismo mágico dos discursos políticos ancorados no entretenimento e na ilusão. Aqui não se trata também de um pragmatismo absoluto da função, mas de um princípio de realidade enquanto comunidade, transversalidade, radicado na necessidade de um diagnóstico comum. Assim, existe um princípio de realidade quando existe algo em comum, repetido. Da mesma forma, quando falamos de um princípio de idealidade não se trata do idealismo nas suas várias interpretações. Não se trata do idílico, nem da visão romântica, nem dos pressupostos utópicos. O princípio da idealidade dá-se por relação ao ideal enquanto ideia, telos, crítica, e como já se esqueceu que a realidade tb está construída com e em conceitos, convém lembrar este pequeno grande pormenor. Terá num certo sentido um tom mais político, mas aqui pretende-se

---

voluntária (o pior cego é aquele que não quer ver) que é pior ( promove maior imobilismo e lentidão) do que a frontalidade, liberdade e coragem política (promove maior velocidade e profundidade). Numa teoria dos jogos ideal a Política é a procura do Bem Comum (na acção comum). Cf. Bruegel

<sup>3</sup>Sobre a Amizade e a Política haveria muita coisa por dizer que aqui não terá cabimento. Desde a diferença entre adversário político a inimigo até à impossibilidade de uma Ética na Política. Ainda assim, existe na Lusofonia uma espécie de falsa inimizade (ou amizade) que significa uma relação hostil subterrânea, uma espécie de névoa Schmittiana onde não se distingue amigo de inimigo e que, conseqüentemente, não realiza o Político. Alimenta-se, como os ratos, de uma visão imediatista do presente e do futuro, juntando tudo num bloco de tempo que realiza uma anti-ética de Hans Jonas, conhecida em tempos pelo Princípio Guloso do *Hic et nunc*.

mais comunitário. Seria bastante complexo e incomportável ver aqui as finas distinções mas esta clarificação basta-nos por agora. O que importa apontar é que na Lusofonia o princípio de idealidade e realidade estão em confronto, em tensão e muitas e não raras vezes em negação. Ou seja, é um território hostil de difícil exploração. A tensão é enorme bem como a elasticidade humana que por ela é habitada. Numa síntese clara, poderíamos dizer que o espaço Lusófono é habitado pelos extremos fácticos do humano desde o mais urbano que malha na academia de São Paulo às 2h da manhã porque não tem tempo disponível na sua agenda, ao Lisboaeta que debate as suas ansiedades no Psicólogo, ao Angolano que não tem água potável, ao Guineense que não sabe o que vai comer amanhã. Preconceitos e generalizações à parte, são estas realidades extremas e diferenciadas que cohabitam num mesmo espaço de Língua. E as palavras, embora em universos distintos, brilham numa mesma luz quando dizemos estou triste, tenho sede, tenho fome ou não tenho tempo.

3. O segundo momento de compreensão da questão é relativo ao duplo e, novamente tensional, movimento arqueológico e teleológico. Existe naturalmente uma enorme carga do passado em tudo isto, e ele não passa despercebido. Ao acontecimento mais ridículo podem ressurgir os fantasmas e os pesadelos. Assim, as pessoas de Língua Portuguesa, ou o espaço comum da Lusofonia, estão sempre à sombra dum ideal passado ou futura. E o real não é luminoso. As razões para isso são certamente vastas e complexas de enumerar e categorizar, mas uma das tarefas da Filosofia como exercício crítico relembra também as suas origens como frontalidade e falar a verdade. A *pharresia* traz consigo alguns dissabores, no velho dilema da crítica entre amigos: se não digo nada não sou amigo e se digo alguma coisa arrisco-me a perder um amigo. Facto simples de ver na relação entre Portugal e Angola como é claro de constatar desde a situação dos vistos, às cartas de condução ou aos inquéritos judiciais. Isto significa mostrar essa sempre fina distância ao conflito e hoje ainda mais por relação às complexas noções de neo-colonialismo, pós-colonialismo e à possibilidade de uma resolução ou mesmo redenção. A questão histórica, do império e as conseqüentes incompreensões e ressentimentos, está sempre lá e por isso quando falamos de Lusofonia temos sempre à nossa frente esse muro da dialética da insuperação. Trata-se de uma

lógica de impasse, e que baralha os dados do tempo<sup>4</sup> quer seja no passado, no presente ou no futuro. Ou seja, a tensão transforma-se pela sua plasticidade na contradição entre *archê e telos*, e até mesmo por relação ao presente na dicotomia entre acto e potência. Vejamos duas questões simples:

1- como compreender os índices de pobreza em Angola e no Brasil sendo duas nações com grande riqueza? Ou como compreender os níveis de pobreza em Portugal mesmo depois de todos os fundos comunitários de estruturação?

2- Qual o critério temporal de verificação ou validação democrática? Qual o espaço temporal aceitável da responsabilidade efectiva? Por exemplo, em Portugal a Democracia tem 42 anos, em Angola a paz civil tem 15 anos. Como passar da compreensão do fenómeno X ou Y para a aferição concreta do desenvolvimento democrático por exemplo<sup>5</sup>?

Será que pensar de forma histórica, de desenvolvimento e progresso é uma boa forma de continuar a fazer perguntas ou a procurar soluções? Faz sentido pensar assim?

Com isto pretende-se apenas assinalar que a Lusofonia está ainda no início de qualquer coisa, e a vir a ser qualquer coisa, só o poderá ser face ao enfrentamento pela verdade, na frontalidade pela liberdade e na superação do impasses debilitantes. Ou sem isso, arrisca-se sempre a dar um passo em frente e dois atrás. É claro que esse pode ser um ritmo de caminhada possível mas não será certamente o mais seguro e estável. Noutro sentido, o teleológico entendido como expectativa e projecção de esperança pode contrair-se inevitavelmente nesse marcar passo.

---

<sup>4</sup>A temporalidade em Política entendida sob a forma dos regimes de Governo ou Formas de Estado revela um argumento muito forte a favor da impossibilidade de uma Epistemologia Política. Ou seja, num sentido expansivo e implosivo do termo, estamos à mercê de uma indeterminação radical de dois paradigmas centrais (co-relacionados) do fenómeno político: ruptura e continuidade. Nada que Kuhn já não tivesse adivinhado mas a compreensão radical do que está em jogo significa de facto que dentro da dialética da continuidade-ruptura dos sistemas políticos está implicada a sua eterna sobrevivência e eterna finitude. Isto é, Existe uma compossibilidade, se é que se pode aplicar o termo, de tudo em tudo, ou melhor, uma continuidade de todos os sistemas. Assim, existirão sempre sub-sistemas em andamento dentro do sistema globalmente estabelecido como vigente. Exemplo: Dentro da Democracia existem sub-sistemas Comunistas em andamento (pelo menos em Portugal); dentro do Comunismo existiam sub-sistemas de elite aristocrático-monárquicas que exigiam tratamento priviligiado do “Povo”; dentro da Monarquia, para nós no passado também se podem encontrar casos semelhantes sendo que os sistemas formais de governo nas Monarquias actuais são a prova da assimilação de diferentes sistemas. Esta é uma das questões vitais na Filosofia Política e que complica bastante a estabilização dos conceitos e as baterias categoriais de análise com que trabalhamos.

<sup>5</sup>Isto por relação aos argumentos de contexto variados: as marcas da ditadura, as marcas da guerra civil, etc

3. O terceiro e último momento que gostaria de destacar a V.E. , é o espaço mais difícil de fronteira e trincheira, na identidade e na diferença, numa possível comunidade de pertença e diferenciação. Habitualmente a utopia ou uma qualquer visão conjunta funda-se num ideal de positividade (harmonia e co-habitação), um ideário de força e potência. Tomando a Lusofonia como uma noção viva de uma comunidade em aberto e em construção, ela tem sem dúvida um pequeno sabor utópico. Para os mais pessimistas ela é simplesmente desnecessária e descartável. Mas tomando-a como possível, ou pelo menos como potência, o que eu gostaria aqui de propor como reflexão é, pelo contrário, a negatividade. Penso que a Negatividade como conceito operante permite abordar um conjunto de problemas em comum que na sua versão fraca se traduziria em terapia de grupo, mas que na sua versão forte se poderia entender como grupo de trabalho, ou melhor ainda, plataforma ( talvez oceânica). Uma plataforma para a negatividade. Uma plataforma efectiva para o comum que nos une pela negatividade. E em que se concretiza esta negatividade? Em primeiro lugar e centro de toda a problemática: a corrupção. Este parece ser a meu ver o grande espaço da negatividade comum da Lusofonia. Aqui não tratarei das causas e formas de funcionamento do fenómeno mas gostaria apenas de salientar duas características fundamentais. Em primeiro lugar, a corrupção tem um efeito devastador sobre a qualidade da democracia. Isso, claro, se existir democracia. Em segundo lugar, e num sentido político mais profundo, a corrupção traz consigo efeitos de percepção e emoção face ao político ainda mais gravosos. Trata-se do estabelecimento de uma sensação de impotência e duma sombra ameaçante de imobilismo. Paralelamente à extraordinária gravidade e incapacitante deformação da corrupção, são os seus efeitos de apatia nos cidadãos que se rendem ao imobilismo que nos mostram a sua face mais negra. A crítica fácil de sofá como tarefa política, a perda de potência e energia, problema do desalento e da desilusão, tudo parece convergir num efeito geral de Paralisia. A corrupção, enquanto impotência, traz consigo o problema da gangrena. No entanto existe na corrupção uma potência da negatividade:

- a) a negatividade produz a exigência de combate à corrupção, ( enquanto principio ético de acção e valor fundamental);

b) a negatividade da corrupção como possibilidade de partilha do combate, das experiências, resultados e processos nessa luta da desigualdade e liberdade.

Assim, e até onde me é dado ver, parece-me que uma comunidade fundada na negatividade, por exemplo da corrupção, teria uma enorme potência por relação ao estabelecimento de uma plataforma comum. Na trilogia que Unamuno refere numa carta de um amigo<sup>6</sup>, por relação a Portugal, de “*uma herança trágica, ignorância podre e uma corrupção criminosa*”, parece ser a corrupção a ponta do iceberg que deveríamos atender com todas as nossas forças no presente. Ou seja, o que para mim teria mais força no entendimento do comum e das suas consequências, seria ultrapassar o óbvio de uma Língua comum e ir ao coração da coisa. Falamos uma mesma Língua e mesmo em coisas essenciais parece que também falamos da mesma maneira. Infelizmente, ou felizmente, não estamos sozinhos no mundo. Estamos num contexto global e a verdade é que não estamos a ganhar. Estamos a perder. Mas em comum também temos a vontade de ganhar, de dar a volta ao jogo como se diz no mundo do futebol. Em resumo, teríamos muito a ganhar focando a negatividade. Mas o que é uma cultura, ou ainda melhor, o que é uma cultura política da negatividade? Assumir a Lusofonia como espaço comum negativo onde falamos e não falamos a mesma Língua. Um espaço comum negativo, a várias velocidades, mas que por ter problemas comuns se pretende unir. Mas neste espaço comum negativo teríamos que subdividir este comum, o que é o comum? Uma divisão possível e imediata seria:

1) Comum objectivo. Exemplo: o padrão de corrupção, o barroco do texto jurídico<sup>7</sup>;

<sup>6</sup>Unamuno, M., *Portugal Povo de Suicidas*, Ed. Abismo, Lisboa, 2010, p.77

<sup>7</sup> Existe na Filosofia do Direito de Língua Portuguesa, se é que isto faz sentido enunciar, um enorme buraco inexplicável: a sua incapacidade e mediocridade na auto-reflexão sobre a aplicação do Direito. Embora qualquer jurista com o mínimo de conhecimento do ordenamento jurídico saiba que os Códigos de Processo são vitais e elemento chave na compreensão e resolução dos problemas, existe no Pensamento Jurídico, se é que ele sequer existe, este esquecimento sobre o Processo. Qualquer leitor de Rawls sabe que isto é verdade. Assim, e perante este voluntário lapso, a aplicação da Lei à sombra do Jurisdiquês, implica uma interpretação da burocracia como forma de ganhar tempo (tempo esse que tem uma compreensão bastante lata que não está ao abrigo do tempo do comum dos mortais) e que se soma nas características comuns e reconhecíveis em diferentes países no que toca ao Direito, e por consequência última, ao Político. Estes factores todos somados significam, em geral para todos os Países de Língua Portuguesa, um desfecho semelhante: lentidão, favorável à corrupção, Tribunais e processos dispendiosos, e, como a Justiça também depende da velocidade, um resultado ou uma percepção de resultado injusto e relativo face à multiplicidade da Hermenêutica Jurídica. E isso não é apenas no plano abstracto do debate académico, acontece todos os dias com Juízes e Advogados. O Jurisdiquês como fenómeno de expressão múltipla que gangrena as nossas sociedades começando pelo barroco do texto e o seu quase impossível acesso à maioria dos cidadãos tem implicações tão fortes e profundas na sociedade que dava todo um capítulo e que por razões óbvias não podemos aprofundar aqui.

2) Comum subjectivo. Exemplo: interesses privados ou colectivos, gostos pessoais partilhados, gastronomia, música, empresas, etc.

Parece-me que a Lusofonia tem sido pensada à luz da subjectividade mais ou menos partilhada.

A viragem necessária talvez fosse em focar-se num comum objectivo. Isto também por relação à noção de comunidade, porque não basta juntar pessoas que falem a mesma Língua para que isso, por si só, forme uma comunidade. Será o problema central da cultura onde teríamos que nos render à evidência de uma História das mentalidades e dos seus espaços temporais de larga escala? Na comunidade possível hesitamos no problema de edificação: começar pelo telhado (na Língua que nos abriga a todos) ou pela fundação (nos problemas que nos afundam a todos)? A resposta parece-me clara e relembra Espinosa: a diferença entre alegria e tristeza é simples: se algo te dá mais potência é alegria se te retira potência e energia é tristeza. A minha proposta talvez seja meio estranha para o nosso Espinosa: retirar potência do negativo. Se fossemos agora obrigados a realizar um exercício mental rápido sobre o que une todos os países que falam português do ponto de vista da negatividade certamente que corrupção e pobreza surgiriam no topo da lista.

No entanto, se o facto de termos uma Língua comum é o óbvio isso não significa que seja simples. O facto de a nossa Língua ter a importância que tem hoje revela algumas encruzilhadas. Falando para um público mais académico todos sabemos o desafio contraditório que é a internacionalização, e por isso o mundo do Inglês, com a simultaneidade de dar valor à Língua Portuguesa. Talvez possamos pensar numa resistência da Língua como forma de vida ou Cultura se fossemos mais Wittgensteinianos. Ou então, lembrando Hegel como um processo de resistência na auto-consciência dos povos. Terá Hegel uma lição de optimismo para nós? Se a negatividade se joga nessa contradição presente entre o negativo da corrupção e da pobreza num ciclo infernal de subdesenvolvimento, e a expectativa de um futuro positivo e mais arejado, talvez a lógica Hegeliana seja a de superação das antíteses na criação de uma síntese melhor? Essa superação que virá um dia, quem sabe, no futuro, nessa comunidade que vem?

Lembrando também Hegel, mas a contra pelo, a nossa negatividade não está refém de uma totalidade. Existe uma beleza da Língua que é verdadeira. Ela transpira

liberdade , poesia e melancolia ( esse agridoce, com variações grandes entre países). Mas se temos uma vantagem poética ( viva) na Língua ( e todas as outras vantagens a enumerar) a verdade é que isso parece insuficiente para fundar uma Lusofonia. Também temos a retórica , a oratória e o barroco que habita a Língua, especialmente triste no triste desfecho que teve em relação ao Texto jurídico, na Justiça e Burocracia (carácter criptico e hermético ). Este hiato dentro da lingua, e fora para quem a fala, relembra aquela velha piada entre os Estados Unidos e a Inglaterra: “duas nações divididas por uma lingua comum”, o paradoxo de uma mesma coisa que nos une e divide. Talvez seja mesmo assim. E tudo seja assim mesmo, e em geral. Divagações à parte, existe nessa Lusofonia uma identidade e uma geopolítica real. Desde logo uma afectividade palpável e um sentimento difuso de se “estar em casa”. Muitos de vós já estarão agitados só de mencionar a palavra geopolítica. Uma geopolítica Lusófona não está aqui ao abrigo exclusivo dos restos imperiais, mas também está. Trata-se de uma especificidade que poderá ramificar da derivação romana: não é a cidade romana que se mimetiza e replica mas a aldeia, o bairro, a rua. Já está constituída numa micro-política originária (mesmo que dificulte a grande visão da cidade , com excepção de Brasilia por exemplo). Essa especificidade do bairro da Lusofonia também entronca no traço comum da paisagem política<sup>8</sup>. Existem sempre os bairros das cidades, ou as aldeias, mas também sempre o mar, as baías, os portos, desde Lisboa ao Rio de Janeiro, de Luanda a Macau.

Existem também especificidades dentro das singularidades na categoria dos objectos, como por exemplo o cavaquinho. A sua viagem foi grande nas mãos e bocas de quem o cantou e canta. A emoção como força criadora , como referira Teixeira de Pascoaes<sup>9</sup> é a marca de uma afectividade livre que também se aplica aos objectos e gestos, como por exemplo o cafezinho, casinha, etc. São já novos objectos, não é uma composição de palavras como no inglês e francês, que podem ter a mesma intenção mas que não forja a linguagem, não forja novas coisas. Um cafezinho, ou uma casinha, é algo na raíz muito diferente de uma *petit maison*. As

---

<sup>8</sup>Dentro da ideia de paisagem politica também esta contida a noção de atmosfera que remete para coisas mais insondáveis ligadas à intuição, ao som ( do timbre ao tom), e às sensações da pele complicadas de explicar e que a Poesia nos faz o favor de trazer à tona das páginas (e sem explicações). Ou seja, uma paisagem pode ter um rosto e transpirar? Pode ter um cheiro e arrepiar?

<sup>9</sup>Pascoaes, T., *Arte de ser Português*, Ed. Assírio&Alvim, Lisboa, 1991, p.77

outras Línguas trabalham na composição racional . O Português trabalha na fusão. Ao fundir palavras e coisas, nascem outras coisas e outras palavras.

Existe também a melancolia nas suas tonalidades distintas. Esta que se realizava na ideia de que a saudade seria um sentimento fundador, nas aventuras ou no nomadismo natural e histórico de uma expansão imperial portuguesa, e traduzida durante o Séc. XX pelas migrações. Uma definição mais exacta, para o que aqui pretendo mostrar, seria talvez lembrar o título de um belíssimo documentário brasileiro intitulado “saudades do futuro”<sup>10</sup>. Não será essa uma boa expressão da comunidade que vem? Saudades do futuro? Será a melancolia uma marca impressa na Língua? Ou uma forma de estar e viver que passou para a Língua? Nunca o saberemos com total precisão. Será talvez essa a busca de Drummond pela palavra mágica. As nossas culturas vivem num espaço quase desconhecido, vítima geral dessa dificuldade auditiva, a que a Língua comum obriga. É uma separação, uma distância recíproca, onde em breve, a Lusofonia que o futuro desenha, acabará por fazer brotar belas, e até agora, insuspeitas cumplicidades. Porém, todas as origens são ficções, e todos os começos sonháveis. Ou, nas palavras do maior poeta português, temos de inventar a nossa vida verdadeira. Mas para quem não gosta de Herberto Helder, também Drummond de Andrade tem muito para nos mostrar sobre essa dificuldade entre o sofrimento da vida e o amor de vivê-la.

É claro que estas questões mais formais que podem parecer com pouco rigor filosófico ganham outros contornos na existência quotidiana, e outra força quando vividos e experienciados em São Paulo ou em Maputo. E ainda mais se for num qualquer lugar da Terra onde não se fale o Português oficialmente. Existem de facto fundações da afectividade e de uma política de proximidade, e para além ou aquém de uma Língua comum, um gesto comum: uma afectividade efectiva e imediata, na partilha dos afectos: ninguém dá tantos abraços no mundo inteiro como nós.

---

<sup>10</sup>*Saudade do Futuro* (2000), Realização: Cesar Paes, Cf. <http://www.imdb.com/title/tt0261971/> ; Este filme possui uma beleza escondida na musicalidade das suas palavras. Uma ligação umbilical numa espécie de Rap primordial, que liga os cantares de desafio nas concertinas do Minho, às batalhas ofensivas nas crianças de Angola, até à velocidade palavrosa dos pandeiros Brasileiros. Essa linha escondida é de uma enorme beleza. Cose espaços e tempos invisíveis que se tornam claros por dentro da temporalidade orgânica das palavras.

4. Gostaria de deixar algumas notas finais. Como vimos antes, todas estas questões são vizinhas e estabelecem-se nesse arco tensional da fronteira e da trincheira, na possibilidade e expectativa de construir pontes. Como poderia resumir esta proposta de contribuição para uma questão tão vasta e complexa? Talvez seja a de apresentar em termos sistemáticos um compromisso e responsabilidade geracional, um novo contrato social tomando a negatividade como conceito central e operante. Como fazer isso? Tomando uma nova abordagem relativamente ao:

a) *Institucionalismo*: fazer instituições fortes, e estabelecer redes fortes inter-institucionais numa estratégia de transversalidade e transnacionalidade. Exemplo: Pensar os problemas já não como o Ministério da educação, ou o Ensino Universitário, mas esta Faculdade, aquele Departamento. No fundo, mudar radicalmente a compreensão paradigmática de um culto da personalização para uma nova fase centrada na Instituição.

b) *Análise Comparativista*: a comparação como método e a imitação das boas práticas como forma de poupar tempo. O método comparativo pode ser compreendido e aplicado desde os grandes blocos ( Lusofonia, Anglofonia com a sua Commonwealth, Francofonia, etc) às pequenas grandes questões como por exemplo a corrupção e a fuga aos impostos ( como se debatem com este problema o sistema fiscal americano, o sistema alemão, etc).

c) *Pós-Traumático-Pharrésico*: como pensar fora dos egoismos nacionalistas? Dado que é tarefa quase impossível, trata-se de assumir um conjunto de regras na constiuição de um jogo colectivo de interesses face a um telos comum. Isso requeriria sair do reino estrito dos afectos como mediador, regulador e medidor absoluto (mantendo a emoção e a paixão) para a constituição de metas globais, bem definidas e concretas, identificadas por um projecto comum.

d) *Colaboração ou competição? A Coopetição*. Construir um novo ciclo de relacionamento político-diplomático que ultrapasse o estafado caminho "dos países irmãos, da solidariedade, da amizade, dos laços profundos e históricos", etc. Ultrapassar o habitual estado geral baseado na vitimização (*ad misericordiam*) e enraizado na cultura, revalorizando o conceito de não- inscrição para a compreensão do divórcio no espaço público entre a cidadania e a democracia, sob o princípio geral da inteligência, da razoabilidade e da honestidade intelectual, estabelecendo o paradigma de *Longo Prazo*<sup>11</sup> como o nosso mais importante

---

<sup>11</sup> A política de longo prazo num mundo de blocos geopolíticos, implica também (re)pensar a

desafio cultural e político. Isso implica a densificação da massa crítica e a evolução pelo confronto (diferença entre adversários e inimigos) de ideias, trabalho e experiências (e claro, partilha dos seus resultados, desfechos e consequências). A Coopetição não é só um desenvolvimento e resultado de uma nova estratégia comparativa, institucionalista e transparente, mas é sobretudo um novo possível paradigma de desenvolvimento no seio de uma Lusofonia ainda demasiado romântica. A Coopetição não é apenas a declaração de uma nova Filosofia Pragmática. Ela significa estabelecer uma relação sólida na esperança concreta de uma vida melhor. Ou seja, a Língua funda-se nas pessoas que a falam e terá mais ou menos futuro quanto maior ou menor for o futuro das pessoas que a falam. *La Palice* ou *back to the basics*?

---

posição de Portugal face à União Europeia e às outras possibilidades. Voltar a pensar uma União Ibérica ou União UK onde se poderia incluir também Portugal? Ou é o espaço da Lusofonia um projecto e uma alternativa global viável? Das invasões francesas, à influência inglesa (cripling Spain?) em Portugal, das ideias imperiais de Spínola, e finalmente considerar se o papel de Portugal é assim tão fundamental na Lusofonia. O máximo paradoxo seria a própria sobrevivência e viabilidade de Portugal como País. Conseguirá a Democracia Portuguesa sobreviver ao Partido do Estado de que falava Henrique Medina Carreira? Ou estaremos eternamente presos a uma cadeia de apatia constitutiva de novo riquismo de que fala João César das Neves? Pode o nosso pessimismo ser superado de facto? Ou será que interessa ser? Pode um Estado Democrático continuar a ser totalmente centralista e não realizar a regionalização e desconcentração, com o risco real de perder o Norte do País? Pode a unidade nacional superar um movimento separatista nortenho como em Itália? Em resumo, porque é que, e como é que, Portugal se está a tornar num Estado Democrático opressivo? Existem três níveis simples que podem ajudar a compreender como chegámos a este ponto: a) o problema da transição, b) o problema da demissão, e c) o problema do cidadão. Em relação ao problema da transição, talvez o mais complexo, exigente e interessante, para uma Democracia talvez seja essencial ler os belos textos do Professor José Gil como a revisitação cinematográfica de “O Leopardo” de Visconti. Poderia acrescentar mais e ou menos, mas não resultaria. Apenas de assinalar que há qualquer coisa de estrutural radicalmente mal desenhado. E isso é filosoficamente, constitucionalmente, historicamente, juridicamente e culturalmente verdade e óbvio. Em relação ao problema da demissão trata-se de um estado geral. O estado geral e difuso de demissão que se vive no país, não é só um estado de irresponsabilidade e de impossibilidade de responsabilização, é também um estado que está-aí, sem começo nem fim. Estar-aí assim significa estar ontologicamente assim-assim. Estar nessa forma. Demissiva e demissionária. Ou seja, o problema da demissão é estruturante porque cria identidade. E qual é a identidade da demissão? É a identidade da aprendizagem militar, a mediania, não dar nas vistas, eliminar a excepcionalidade e o indivíduo. É evidente que a mediania cega provoca a exportação dos “excepcionais” na aversão do excelente pela inveja e na natural contradição, mas não impossível, entre individualismo e institucionalismo. Em relação ao problema do cidadão, porque como desenvolvimento lógico do ponto anterior, estamos confrontados com a questão mais séria. Séria porque em última instância, em Democracia, deveria ser aqui o ponto de reunião e decisão de todo o sistema político. Mas em Portugal, de facto, ainda existe uma questão maior do que a apatia: trata-se do auto-apagamento. Pior que isso, o auto-flagelamento, a auto-castração. Assim, a democracia, que muitos dizem eternamente jovem, criou o Homo Lusitanus, uma derivação sapiential próxima do castrado onde o princípio da sobrevivência foi tornado numa arte da alienação. No fundo, a questão trata de considerar se Portugal é ou não um País viável. Ou seja, e na impossibilidade de desenvolvimento desta ideia por falta de espaço, o que importa destacar é este período particular da história de Portugal onde terá que se posicionar nas diferentes camadas de regionalização, globalização, glocalização. Uma confusão. Uma política de longo prazo na Lusofonia, implicaria Portugal tomar uma posição de exemplo face a essa categoria. Não parece tarefa fácil.